

Estratégia Nacional de Defesa sem Recursos Militares?

Carlos Alberto Pinto Silva

Em 28 de agosto de 2011

Em nosso mundo **lógico**, sem que haja uma estratégia que estabeleça eficientemente os objetivos do braço armado de uma nação, é praticamente impossível avaliar-se a magnitude dos **recursos militares** (*orçamentos, efetivos, material de emprego militar, logística etc.*) necessários para que suas Forças Armadas possam cumprir sua missão constitucional.

Na verdade, no processo de obtenção de recursos militares não intervém a lógica. No mundo real os recursos militares necessários ao cumprimento da missão é que configuram a estratégia e não a estratégia que determina esses recursos, e, para piorar, os recursos militares que efetua a conformação das estratégias baseiam-se mais no poder político, eivado de interesses contraditórios e influenciado por rivalidades entre as forças.

Em nosso País, verificamos que, habitualmente, os argumentos que são utilizados nas discussões sobre o tamanho, principalmente, do orçamento de defesa servem de “munição” para diferentes órgãos políticos e da administração pública em suas reivindicações por recursos para seus respectivos setores de atuação, em vez de estimular a realização de autênticos debates com relação ao custo da implementação de uma estratégia de emprego do campo militar do Poder Nacional.

Não é novidade e acontecimentos recentes demonstram o enfraquecimento do poder militar brasileiro, resultante de sistemáticas restrições do orçamento militar impostas, particularmente ao longo das duas últimas décadas, sem considerar o peso político-estratégico do Brasil no cenário internacional.

Na atual conjuntura política, econômica e de defesa, o rastro geoestratégico, geopolítico e geoeconômico deixado pelo Brasil fez crescer o seu **alcance espacial geoestratégico**, trazendo ao Estado Brasileiro a necessidade de exercer poder nas seguintes áreas: *América do Sul; África Atlântica, do Marrocos à Cidade do Cabo na África do Sul; Caribe; América Central; Oceano Atlântico do Trópico de Câncer para o Sul; e Antártica.*

Se deixarmos de considerar os **recursos militares** como principal elemento para o desencadeamento de uma estratégia militar, visando a atender a uma Estratégia Nacional de Defesa, podemos enfrentar um **desencontro de estratégias e possibilidades, isto é, capacidades militares inadequadas para a execução dos planos operacionais de curto prazo**, e, também, grande dificuldade no aperfeiçoamento da nossa capacidade militar necessária no longo prazo.

O poder de dissuasão tem mantido o Brasil afastado de conflitos e lhe atribuído a possibilidade de intervir, **politicamente**, em crises surgidas no seu entorno estratégico. Portanto, o País não pode prescindir da capacidade bélica dissuasória de suas Forças Armadas, sob o perigo de perder espaço no contexto político-estratégico regional. Da mesma forma, é necessário possuir poder militar para intervir em áreas situadas no seu **alcance espacial geoestratégico**.

É importante ressaltar que uma nação pode necessitar de mais de uma estratégia militar em determinado momento, se tivermos só a capacidade de dissuasão e a dissuasão falha, o que fazer então?

O agravamento da situação conjuntural no período de paz pode acenar para a possibilidade de conflito, que mal administrado pode evoluir para a guerra, e a estratégia militar pode mudar com rapidez, cabendo ressaltar que os recursos militares é que vão balizar o tempo necessário para preparar as Forças Armadas, de forma que elas possam estar em condições de atender a novos objetivos e planos operacionais.

A existência de um Poder Militar capaz de se opor com rapidez e sucesso a uma agressão constitui dissuasão eficaz, particularmente quando os objetivos são limitados. Isso nos leva ao conceito de estabilidade de crise: que é o reconhecimento pelas nações de que nenhuma delas pode tirar vantagem substancial sobre a outra numa ação armada limitada.

A falta de recursos militares, portanto, também se afigura como um desafio à liderança estratégica das Forças Armadas Brasileiras e sua superação é fundamental. Os meios financeiros destinados às Forças Armadas devem ser aumentados, para um nível ao menos considerado necessário para atingir uma capacidade mínima de defesa para o País no mais curto prazo possível.

Reiteramos que o enfraquecimento do poder militar representa um risco indesejável, que deve ser afastado no mais curto prazo possível. Nesse sentido, se o provimento de recursos militares permanecer insuficiente,

colocando em risco o cumprimento pelas Forças Armadas de suas missões constitucionais de defesa da Pátria, **os chefes militares deverão advertir o Governo quanto a essa incongruência ou, então, compartilhar a culpa pelo resultado desastroso.**

No Brasil real, sem os recursos militares (*orçamentos, efetivos, material de emprego militar, logística etc.*) necessários para que suas Forças Armadas possam cumprir sua missão constitucional, **não existe Estratégia Nacional de Defesa.**

No Brasil atual, vivemos um **desencontro de estratégias e possibilidades, isto é, capacidades militares inadequadas para a execução dos planos operacionais**, devido ao completo desinteresse dos governos e políticos pelos assuntos de defesa.

Observação:

- 1) **Fonte: DefesaNet, 30 de agosto de 2011 -**
(<http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/2582/Estrategia-Nacional-de-Defesa-sem-Recursos-Militares>);
- 2) **O autor é General de Exército da Reserva, ex-comandante de Operações Terrestres (COTer), do Comando Militar do Sul, e do Comando Militar do Oeste, e Acadêmico Fundador da Academia Brasileira de Defesa;**
- 3) **As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, o pensamento da ABD.**